

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	545.913.520
Preferenciais	0
Total	545.913.520
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.161.371
Preferenciais	0
Total	1.161.371

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2012	Ordinária		0,01182
Reunião do Conselho de Administração	08/02/2012	Dividendo	30/03/2012	Ordinária		1,20885

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.066.470	4.916.535
1.01	Ativo Circulante	3.357.215	3.240.503
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	234.502	240.998
1.01.03	Contas a Receber	3.122.713	2.999.505
1.01.03.01	Clientes	3.090.628	2.971.796
1.01.03.01.01	Contas a receber Operacionais	3.090.628	2.971.796
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	32.085	27.709
1.01.03.02.01	Contas a receber Controlada	1.747	134
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	368	587
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	19.621	22.379
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	10.349	4.609
1.02	Ativo Não Circulante	1.709.255	1.676.032
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	970.561	932.323
1.02.01.03	Contas a Receber	663	664
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	663	664
1.02.01.06	Tributos Diferidos	338.682	334.442
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	338.682	334.442
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	631.216	597.217
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	631.216	597.217
1.02.02	Investimentos	177.798	176.060
1.02.02.01	Participações Societárias	177.798	176.060
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	139.031	139.115
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	38.767	36.945
1.02.03	Imobilizado	504.544	508.259
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	504.544	508.259
1.02.04	Intangível	56.352	59.390
1.02.04.01	Intangíveis	56.352	59.390
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	10.143	10.143
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	46.209	49.247

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.066.470	4.916.535
2.01	Passivo Circulante	2.566.361	2.735.295
2.01.02	Fornecedores	2.252.592	1.890.626
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.252.592	1.890.626
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	2.018.129	1.660.367
2.01.02.01.02	Fornecedores	234.463	230.259
2.01.03	Obrigações Fiscais	193.615	385.914
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	193.615	385.914
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	193.615	385.914
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.950	19.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.950	19.666
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.950	19.666
2.01.05	Outras Obrigações	64.204	439.089
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.890	11.055
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.890	11.055
2.01.05.02	Outros	54.314	428.034
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	319.457
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	54.314	108.577
2.02	Passivo Não Circulante	862.829	771.647
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	190.798	131.182
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	190.798	131.182
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	190.798	131.182
2.02.04	Provisões	672.031	640.465
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	672.031	640.465
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	672.031	640.465
2.03	Patrimônio Líquido	1.637.280	1.409.593
2.03.01	Capital Social Realizado	263.835	263.835
2.03.02	Reservas de Capital	45.883	38.029
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-44.829	-50.859
2.03.02.07	Reserva de Capital	90.712	88.888
2.03.04	Reservas de Lucros	1.327.562	1.107.729

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.168.641	929.689
3.01.01	Receita de Comissões	928.756	736.499
3.01.02	Receita de Aluguel	324.697	268.168
3.01.03	Receita de Prestações de Serviços	45.298	28.656
3.01.04	Impostos sobre serviços	-130.110	-103.634
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-352.220	-276.008
3.03	Resultado Bruto	816.421	653.681
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-127.333	-142.698
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-117.131	-134.619
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-64.203	-68.980
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-29.568	-29.677
3.04.02.03	Marketing	-23.360	-35.962
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.940	-8.147
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.738	68
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	689.088	510.983
3.06	Resultado Financeiro	177.118	118.728
3.06.01	Receitas Financeiras	189.082	127.579
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.141	9.520
3.06.01.02	Antecipação de Recebíveis - ARV	190.140	120.828
3.06.01.03	Ajuste a valor presente - ARV	-11.391	-3.716
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	4.192	947
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.964	-8.851
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.964	-8.851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	866.206	629.711
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-299.613	-205.056
3.08.01	Corrente	-303.853	-222.691
3.08.02	Diferido	4.240	17.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	566.593	424.655
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	566.593	424.655
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,04090	0,78040
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,03950	0,77950

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	566.593	424.655
4.03	Resultado Abrangente do Período	566.593	424.655

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	630.548	929.309
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	997.991	727.546
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	866.206	629.711
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	70.427	51.528
6.01.01.03	Provisão para perda c/ Imob. Intang. líq.	389	-1
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	7.929	3.067
6.01.01.06	Opções de ações outorgadas	1.824	3.313
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	6.024	7.018
6.01.01.09	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista, líquida	31.577	29.262
6.01.01.10	Ajuste a valor presente contas a receber	11.391	3.716
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	-1.738	-68
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos - FINAME	3.962	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	122.123	676.716
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-130.223	-37.308
6.01.02.02	Contas a receber controlada	-1.613	-4
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	219	283
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/ não circulante)	2.759	46.278
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-33.999	-29.738
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-5.740	-1.950
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	351.738	749.565
6.01.02.08	Fornecedores	4.204	13.650
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-9.783	-10.289
6.01.02.10	Contas a pagar controladas	-1.165	-15.642
6.01.02.11	Outras obrigações (circ./ não circulante)	-54.263	-38.129
6.01.02.12	Pagamento de processos fiscais, cíveis e trabalhistas	-11	0
6.01.03	Outros	-489.566	-474.953
6.01.03.01	Juros recebidos	0	1.049
6.01.03.02	Juros pagos	0	-1.049
6.01.03.03	IR e CS pagos	-486.369	-474.953
6.01.03.04	Pagamento de juros de empréstimos - FINAME	-3.197	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.753	-100.858
6.02.01	Aumento de capital em controladas	0	-49.001
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-2.753	-51.857
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-634.291	-838.106
6.03.01	Financiamentos - FINAME	25.896	0
6.03.04	Aquisição de ações em tesouraria	-5.800	0
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital próprio pagos	-666.217	-838.262
6.03.07	Opções de ações exercidas	11.830	156
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.496	-9.655
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	240.998	221.542
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	234.502	211.887

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.854	-346.760	0	0	-338.906
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.824	0	0	0	-3.389
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.800	0	0	0	-5.800
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	11.830	0	0	0	17.043
5.04.08	Dividendos Pagos	0	0	-346.760	0	0	-346.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	566.593	0	0	566.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	566.593	0	0	566.593
5.07	Saldos Finais	263.835	45.883	1.327.562	0	0	1.637.280

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.469	-720.304	0	0	-716.835
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.313	0	0	0	3.313
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	156	0	0	0	156
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-720.304	0	0	-720.304
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	424.655	0	0	424.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	424.655	0	0	424.655
5.07	Saldos Finais	100.000	18.178	769.423	0	0	887.601

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.292.727	1.026.305
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.298.751	1.033.323
7.01.02	Outras Receitas	-6.024	-7.018
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-6.024	-7.018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-350.289	-308.454
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-258.793	-204.192
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-85.581	-103.132
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.392	-254
7.02.04	Outros	-2.523	-876
7.03	Valor Adicionado Bruto	942.438	717.851
7.04	Retenções	-70.427	-51.528
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-70.427	-51.528
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	872.011	666.323
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	190.820	127.647
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.738	68
7.06.02	Receitas Financeiras	189.082	127.579
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.062.831	793.970
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.062.831	793.970
7.08.01	Pessoal	46.562	44.395
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	436.389	314.761
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.287	10.159
7.08.03.03	Outras	13.287	10.159
7.08.03.03.01	Juros provisionados e Aluguéis	13.287	10.159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	566.593	424.655
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	566.593	424.655

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.222.459	5.081.182
1.01	Ativo Circulante	3.472.870	3.361.330
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	284.416	292.915
1.01.03	Contas a Receber	3.188.454	3.068.415
1.01.03.01	Clientes	3.144.204	3.019.499
1.01.03.01.01	Contas a receber operacional	3.144.204	3.019.499
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.250	48.916
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	3.616	4.114
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	29.723	39.939
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	10.911	4.863
1.02	Ativo Não Circulante	1.749.589	1.719.852
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.006.882	969.355
1.02.01.03	Contas a Receber	691	688
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	691	688
1.02.01.06	Tributos Diferidos	349.301	345.862
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	349.301	345.862
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	656.890	622.805
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	656.890	622.805
1.02.03	Imobilizado	519.256	522.369
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	519.256	522.369
1.02.04	Intangível	223.451	228.128
1.02.04.01	Intangíveis	223.451	228.128
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	139.501	140.101
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	83.950	88.027

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.222.459	5.081.182
2.01	Passivo Circulante	2.642.736	2.817.098
2.01.02	Fornecedores	2.310.392	1.950.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.310.392	1.950.182
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	2.018.129	1.660.367
2.01.02.01.02	Fornecedores	292.263	289.815
2.01.03	Obrigações Fiscais	198.556	391.996
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	198.556	391.996
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	198.556	391.996
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.950	19.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.950	19.666
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.950	19.666
2.01.05	Outras Obrigações	77.838	455.254
2.01.05.02	Outros	77.838	455.254
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	319.457
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	77.838	135.797
2.02	Passivo Não Circulante	929.881	839.520
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	190.798	131.182
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	190.798	131.182
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	190.798	131.182
2.02.02	Outras Obrigações	25.113	25.580
2.02.02.02	Outros	25.113	25.580
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	25.113	25.580
2.02.03	Tributos Diferidos	4.484	4.751
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.484	4.751
2.02.04	Provisões	709.486	678.007
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	709.486	678.007
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	709.486	678.007
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.649.842	1.424.564
2.03.01	Capital Social Realizado	263.835	263.835
2.03.02	Reservas de Capital	45.883	38.029
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-44.829	-50.859
2.03.02.07	Reservas de Capital	90.712	88.888
2.03.04	Reservas de Lucros	1.327.562	1.107.729
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	12.562	14.971

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.220.762	965.005
3.01.01	Receita de Comissões	927.838	735.055
3.01.02	Receita de Aluguel	324.916	268.390
3.01.03	Receita de Prestação de Serviços	107.797	72.380
3.01.04	Impostos sobre serviços	-139.789	-110.820
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-399.159	-311.493
3.03	Resultado Bruto	821.603	653.512
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-129.949	-139.918
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.299	-129.860
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-41.829	-49.450
3.04.02.02	Despesa com Pessoal	-51.070	-44.391
3.04.02.03	Marketing	-23.400	-36.019
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.650	-10.058
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	691.654	513.594
3.06	Resultado Financeiro	178.331	118.976
3.06.01	Receitas Financeiras	190.415	128.203
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.483	10.144
3.06.01.02	Antecipação de Recebíveis - ARV	190.140	120.828
3.06.01.03	Ajuste a valor presente - ARV	-11.391	-3.716
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	4.183	947
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.084	-9.227
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-12.084	-9.227
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	869.985	632.570
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-302.285	-207.299
3.08.01	Corrente	-305.991	-223.954
3.08.02	Diferido	3.706	16.655
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	567.700	425.271
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	567.700	425.271
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	566.593	424.655
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.107	616
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,04090	0,78040
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,03950	0,77950

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	567.700	425.271
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	567.700	425.271
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	566.593	424.655
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.107	616

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	633.165	926.556
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.005.871	734.327
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	869.985	632.570
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	73.444	53.602
6.01.01.03	Provisão para perda c/ Imob. Intang. líq.	389	-1
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	8.469	3.144
6.01.01.06	Opções de ações outorgadas	1.824	3.313
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	6.024	7.018
6.01.01.09	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista, líquida	31.490	31.581
6.01.01.10	Ajuste a valor presente contas a receber	11.391	3.716
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos - FINAME	3.962	0
6.01.01.13	Participação de acionistas não controladores	-1.107	-616
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	119.725	669.421
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-136.096	-59.009
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	498	238
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/ não circulante)	10.213	44.345
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-34.085	-30.104
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-6.048	-1.978
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	351.738	749.565
6.01.02.08	Fornecedores	2.448	18.339
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-10.197	-9.647
6.01.02.11	Outras obrigações (circ./ não circulante)	-58.735	-43.825
6.01.02.12	Pagamento de processos fiscais, cíveis e trabalhistas	-11	0
6.01.02.13	Dividendos a pagar	0	1.497
6.01.03	Outros	-492.431	-477.192
6.01.03.01	Juros recebidos	0	1.049
6.01.03.02	Juros pagos	0	-1.049
6.01.03.03	IR e CS pagos	-489.234	-477.192
6.01.03.04	Pagamento de juros de empréstimos - FINAME	-3.197	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.373	-101.216
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-1.500	-2.000
6.02.02	Aquis participação em "Joint venture"	0	-47.000
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-5.873	-52.216
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-634.291	-838.106
6.03.01	Financiamentos - FINAME	25.896	0
6.03.04	Aquisição de ações em tesouraria	-5.800	0
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital próprio pagos	-666.217	-838.262
6.03.07	Opções de ações exercidas	11.830	156
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.499	-12.766
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	292.915	250.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	284.416	237.837

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.854	-346.760	0	0	-338.906	-3.516	-342.422
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.824	0	0	0	-3.389	0	-3.389
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.800	0	0	0	-5.800	0	-5.800
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	11.830	0	0	0	17.043	0	17.043
5.04.08	Dividendos Pagos	0	0	-346.760	0	0	-346.760	0	-346.760
5.04.09	Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-3.516	-3.516
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	566.593	0	0	566.593	1.107	567.700
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	566.593	0	0	566.593	1.107	567.700
5.07	Saldos Finais	263.835	45.883	1.327.562	0	0	1.637.280	12.562	1.649.842

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.469	-720.304	0	0	-716.835	-1.097	-717.932
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.313	0	0	0	3.313	0	3.313
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	156	0	0	0	156	0	156
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-720.304	0	0	-720.304	0	-720.304
5.04.09	Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-1.097	-1.097
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	424.655	0	0	424.655	616	425.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	424.655	0	0	424.655	616	425.271
5.07	Saldos Finais	100.000	18.178	769.423	0	0	887.601	13.989	901.590

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.354.527	1.068.807
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.360.551	1.075.825
7.01.02	Outras Receitas	-6.024	-7.018
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-6.024	-7.018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-364.933	-315.820
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-296.467	-230.153
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.570	-82.667
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.391	-254
7.02.04	Outros	-2.505	-2.746
7.03	Valor Adicionado Bruto	989.594	752.987
7.04	Retenções	-73.444	-53.602
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.444	-53.602
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	916.150	699.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	189.308	127.587
7.06.02	Receitas Financeiras	190.415	128.203
7.06.03	Outros	-1.107	-616
7.06.03.01	Participação dos acionistas não controladores	-1.107	-616
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.105.458	826.972
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.105.458	826.972
7.08.01	Pessoal	69.923	62.548
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	452.716	327.448
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.226	12.321
7.08.03.03	Outras	16.226	12.321
7.08.03.03.01	Juros provisionados e Alugueis	16.226	12.321
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	566.593	424.655
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	566.593	424.655

Comentário do Desempenho

Senhores acionistas:

Apresentamos o comentário de desempenho e as informações trimestrais da Cielo S.A. e controladas (“Companhia”), relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012, acompanhados do relatório de revisão especial dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas de acordo com o padrão contábil internacional – IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES 1T12

- **Volume financeiro de transações** no critério mercado totalizou **R\$ 87,4 bilhões**, aumento de **26,8%** em relação ao 1T11, ou **R\$ 18,4 bilhões**; no critério contábil, o volume foi R\$ 88,1 bilhões, aumento de 25,5% em relação ao 1T11;
- **Receita total (operacional líquida + antecipação de recebíveis)** totalizou **R\$ 1,4 bilhão**, aumento de **29,3%** em relação ao 1T11, ou **R\$ 317,4 milhões**, e de **1,2%** em relação ao 4T11, ou **R\$ 16,4 milhões**;
- **Receita com aluguel de equipamentos** totalizou **R\$ 325,0 milhões**, aumento de 21,1% em relação ao 1T11, ou **R\$ 56,5 milhões**, e de **9,7%** em relação ao 4T11 ou **R\$ 28,8 milhões**;
- **EBITDA ajustado** de **R\$ 943,8 milhões**, aumento de **37,9%** em relação ao 1T11, ou **R\$ 259,5 milhões**, e de **13,3%** em relação ao 4T11, ou **R\$ 110,6 milhões**;
- **Margem EBITDA ajustada** de **67,4%**, aumento de 4,2 pontos percentuais em comparação ao 1T11 e de 7,2 pontos percentuais em relação ao 4T11;
- **Lucro líquido Cielo** totalizou **R\$ 566,6 milhões**, aumento de **33,4%** em relação ao 1T11, ou **R\$ 141,9 milhões**, e de **12,3%** em relação ao 4T11, ou **R\$ 62,0 milhões**;
- **Margem de lucro líquido Cielo** de **40,5%**, aumento de 1,3 pontos percentuais em relação ao 1T11 e de 4,0 pontos percentuais em comparação ao 4T11;
- **Cielo** conquista o prêmio de “**Melhor Relações com Investidores de uma Empresa da America Latina no mercado Americano**” (**Best Investor Relations by a Latin American company in the US market**), pela IR Magazine, um dos principais veículos de comunicação no mercado de capitais.
- **Cielo e Cybersource** anunciam aliança estratégica, para lançamento no Brasil da mais completa solução global de prevenção à fraude em comércio eletrônico.

DESEMPENHO OPERACIONAL 1T12

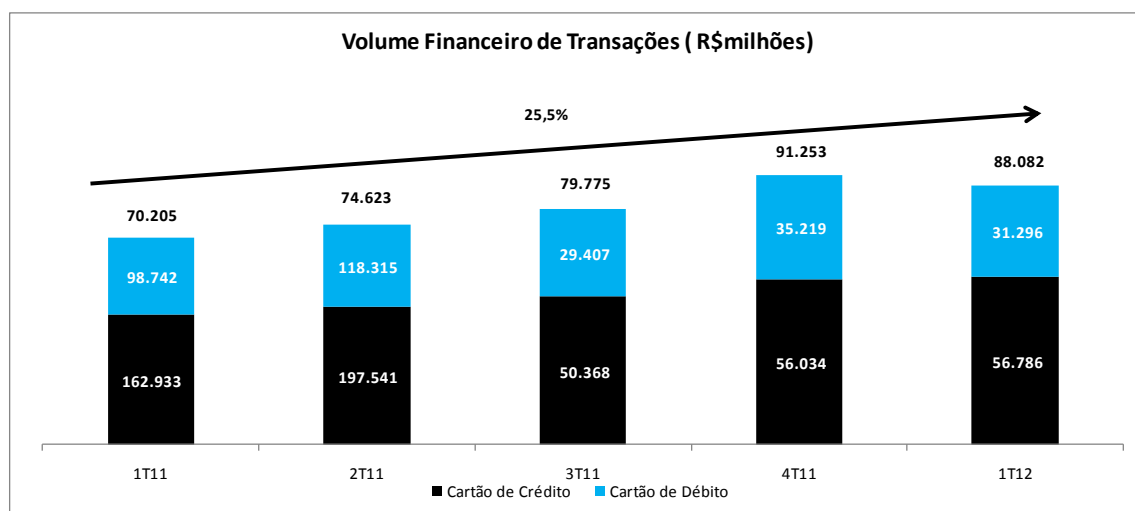
Volume Financeiro de Transações

No 1T12, a Cielo capturou 1,269 bilhão de transações, um crescimento de 19,9% em relação ao 1T11 e uma redução de 2,5% sobre o 4T11. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 88,1 bilhões, representando um acréscimo de 25,5% quando comparado aos R\$ 70,2 bilhões no mesmo período em 2011 e redução de 3,5% em relação ao 4T11.

Comentário do Desempenho

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 56,8 bilhões no 1T12, o que representou um crescimento de 28,1% em relação ao 1T11 e aumento de 1,3% em relação ao 4T11. O ticket médio das transações com cartão de crédito foi de R\$ 76,90 no 1T12, 6,1% e 0,1% acima do ticket médio das transações no 1T11 e 4T11, respectivamente.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 31,3 bilhões no 1T12, um crescimento de 20,9% em relação ao 1T11 e redução de 11,1% em relação ao 4T11. O ticket médio das transações de cartão de débito foi de R\$ 58,95 no 1T12, 1,9% superior ao ticket médio das transações no 1T11 e 4,2% inferior ao ticket médio das transações no 4T11.



De acordo com o critério mercado que considera todo o crédito parcelado no momento da compra, o faturamento teve a seguinte evolução:

Faturamento critério Mercado	1T12	1T11	4T11	1T12 X 1T11	1T12 X 4T11
Faturamento Crédito (R\$ milhões)	56.140,9	43.092,6	59.903,2	30,3%	-6,3%
Quantidade de Transações de Crédito (milhões)	490,3	404,7	516,9	21,2%	-5,1%
Faturamento Débito (R\$ milhões)	31.295,9	25.887,4	35.218,8	20,9%	-11,1%
Quantidade de Transações de Débito (milhões)	530,9	447,4	572,3	18,7%	-7,2%
Faturamento Total (R\$ milhões)	87.436,8	68.980,0	95.122,0	26,8%	-8,1%
Quantidade Total de Transações (milhões)	1.021,2	852,1	1.089,2	19,9%	-6,2%

Tal critério permite que seja possível a comparação do faturamento com outros competidores.

Clientes Credenciados

O número de clientes credenciados ativos totalizava 1,2 milhão ao final do 1T12, o que representa um aumento de 11,7% sobre o 1T11 e um aumento de 1,1% sobre o 4T11. São considerados ativos aqueles clientes que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

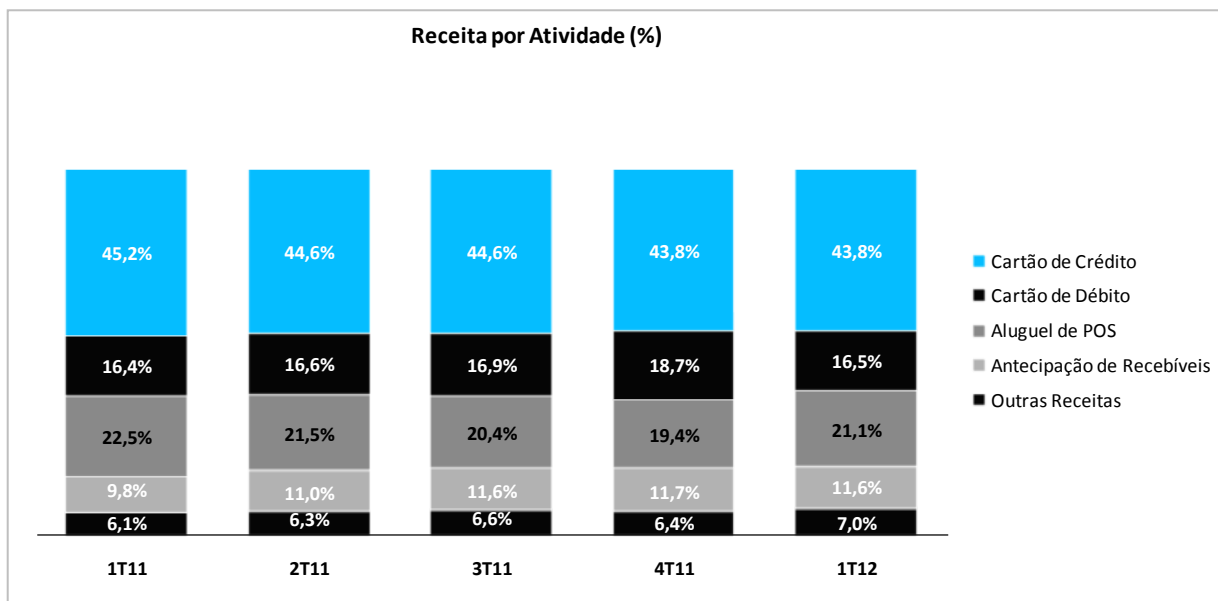
ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS	1T12	1T11	4T11	1T12 X 1T11	1T12 X 4T11
Estabelecimentos Ativos em 60 dias (mil)	1.212	1.085	1.199	11,7%	1,1%

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO 1T12

Receita Operacional Bruta + Antecipação de Recebíveis

As principais fontes de receitas são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS, outras receitas, e de antecipação de recebíveis aos seus clientes. A evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes pode ser verificada abaixo:



No 1T12, a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis totalizou R\$ 1,400 bilhão, um crescimento de 29,3% sobre o mesmo trimestre de 2011 e aumento de 1,2% em relação ao 4T11.

- A receita de **comissões** de crédito e débito totalizou R\$ 927,8 milhões no 1T12, 26,2% superior ao mesmo período de 2011. O aumento de R\$ 192,8 milhões resultou do aumento do volume financeiro de 25,5%, da variação no mix de produtos (participação menor do débito), parcialmente impactado por uma redução na taxa bruta de desconto.

Com relação ao 4T11, a receita total de comissões reduziu R\$ 27,6 milhões, ou 2,9%, em função principalmente da redução do volume financeiro em 3,5%, parcialmente impactada pelo aumento da taxa bruta de desconto e pela variação no mix de produtos (participação menor do débito).

- A receita de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 673,7 milhões no 1T12, 25,0% superior à do 1T11, que foi de R\$ 538,9 milhões. O aumento de R\$ 134,8 milhões deve-se ao maior volume faturado de 28,1% e pela variação no mix de produtos (participação maior do parcelado), parcialmente impactado pela redução na taxa bruta de desconto.

Comentário do Desempenho

Com relação ao 4T11, a receita com **cartão de crédito** cresceu 0,7%. Este acréscimo de R\$ 4,7 milhões deve-se ao aumento de 1,3% no volume faturado e pela variação no mix de produtos (participação maior do parcelado), parcialmente impactado pela redução na taxa bruta de desconto.

- A receita de transações com **cartão de débito** cresceu 29,6% quando comparada ao mesmo período de 2011, alcançando R\$ 254,1 milhões. O aumento de R\$ 58,0 milhões é reflexo do aumento de 20,9% no volume faturado e do aumento da taxa bruta de desconto, parcialmente impactado pelo pagamento de incentivos a bancos parceiros.

Em comparação ao 4T11, a receita com **cartão de débito** diminuiu 11,3%. Esta redução de R\$ 32,3 milhões foi consequência da redução de 11,1% no volume faturado e do pagamento de incentivos a bancos parceiros.

- A receita de **aluguel de equipamentos** (POS) totalizou R\$ 325 milhões, 21,1% superior ao registrado no mesmo período de 2011. O número de POS instalados aumentou 17,9% e, ao mesmo tempo, observa-se um aumento de 2,7% no aluguel médio.

POS	1T12	1T11	4T11	1T12 X 1T11	1T12 X 4T11
# POS Instalado	1.524	1.293	1.484	17,9%	2,7%
Aluguel Mensal Médio (R\$/POS Instalado)	71	69	67	2,7%	6,9%
Receita de Aluguel de Equipamentos (R\$ milhões)	324,9	268,4	296,1	21,1%	9,7%

Em comparação ao 4T11, a receita de **aluguel de equipamentos** foi 9,7% superior. No mesmo período tivemos um crescimento de 2,7% da base de equipamentos instalados, reajuste nos preços cobrados pelo aluguel dos equipamentos, diminuição dos descontos oferecidos e o aumento da representatividade de equipamentos WiFi/GPRS no parque (com aluguel mais elevado).

- A linha de **Outras Receitas** totalizou R\$ 107,8 milhões, um aumento de 48,9% quando comparado ao mesmo trimestre de 2011. Este aumento de R\$ 35,4 milhões é justificado principalmente pela variação da receita em R\$ 11,4 milhões da controlada M4U e pelo aumento da receita proveniente do serviço de VAN (value added network).

Em relação ao 4T11, a linha **Outras Receitas** apresentou crescimento de 10,4%, ou R\$ 10,2 milhões, principalmente em função do aumento das receitas provenientes da controlada M4U.

Antecipação de Recebíveis

O volume financeiro de transações antecipadas no 1T12 totalizou R\$ 5,3 bilhões, representando 9,3% do volume total de crédito. A receita bruta somou R\$ 190,1 milhões no trimestre, representando um crescimento de 57,4% em relação ao 1T11 e uma redução de 1,6% em relação ao quarto trimestre de 2011.

Comentário do Desempenho

A receita líquida do ajuste a valor presente de antecipação de recebíveis no 1T12 totalizou R\$ 178,7 milhões, 52,6% maior que a do 1T11 e estável em relação ao 4T11. Já a receita de antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente e das despesas financeiras no 1T12 representou R\$ 172,7 milhões, 54,7% maior do que a do 1T11 e 4,8% maior do que no 4T11.

Antecipação de Recebíveis	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12
% Antecipação s/ Volume Financeiro de Crédito	7,3%	7,2%	7,7%	8,7%	9,3%
Volume Financeiro das Antecipações (R\$ Milhões)	3.236,9	3.376,9	3.894,6	4.899,2	5.289,9
Prazo Médio (dias)	62,9	58,5	56,0	55,8	55,7
Receita Bruta de Antecipação (R\$ Milhões)	120,8	137,7	159,9	193,2	190,1
Despesas de ajuste a valor presente (R\$ Milhões)	(3,7)	(1,6)	(5,2)	(14,4)	(11,4)
Receita de Antecipação líquida do ajuste a valor presente (R\$ Milhões)	117,1	136,1	154,7	178,8	178,7
Juros de antecipação de recebíveis com emissores (R\$ Milhões)	(5,5)	(21,7)	(10,1)	(13,9)	(6,1)
Receita de Antecipação (R\$ Milhões)	111,6	114,4	144,5	164,8	172,7

O ticket médio destas operações ao longo do 1T12 foi de R\$ 2,6 mil, valor relativamente estável com relação ao 1T11 e 4T11, de R\$ 3,0 mil e R\$ 2,5 mil respectivamente.

Com relação ao *funding* de nossas operações de antecipação de recebíveis, tem sido recorrente a utilização de uma operação na qual antecipamos nossos recebíveis junto aos bancos emissores. O custo associado a este financiamento está demonstrado na tabela abaixo, bem como uma simulação do impacto no EBITDA ajustado divulgado:

Antecipação de Recebíveis	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12
ARV incluindo despesas financeiras	111.579	114.389	144.535	164.835	172.681
EBITDA com ajuste	678.774	694.753	731.008	819.310	937.701
Receita + ARV Ajustado	1.076.584	1.097.526	1.200.796	1.369.158	1.393.442
% EBITDA com ajuste	63,0%	63,3%	60,9%	59,8%	67,3%

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em 28,1%,totalizando R\$ 399,2 milhões no 1T12, comparado a R\$ 311,5 milhões no mesmo trimestre de 2011. Este aumento de R\$ 87,7 milhões foi basicamente composto de:

- i. Aumento de R\$ 34,5 milhões em função do aumento das tarifas pagas às bandeiras;
- ii. Aumento de R\$ 32,0 milhões em função do aumento de transações capturadas;
- iii. Aumento de R\$ 19,2 milhões referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pelo aumento do parque total e pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais *wireless*, que apresentam valores mais elevados;
- iv. Aumento de R\$ 11,5 milhões devido aos custos relacionados às controladas M4U, Orizon e Cielopar (Paggo e Braspag);
- v. Redução de R\$ 9,5 milhões em função da renegociação de contratos com fornecedores (linhas de processamento e rede de captura).

O custo unitário por transação no 1T12 foi de R\$ 0,314, valor 6,9% maior em comparação ao mesmo período de 2011, que foi de R\$ 0,294.

Comentário do Desempenho

O custo unitário (excluindo subsidiárias) por transação no 1T12 foi de R\$ 0,278, valor 6,4% maior em comparação ao mesmo trimestre de 2011. Ainda neste conceito e considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 1T11, o custo unitário teria diminuído 2,1%, situando-se em R\$ 0,255 por transação. Excluindo depreciação da análise, a redução com relação ao 1T11, seria de 5,9%, situando-se em R\$ 0,199 por transação.

Na análise comparativa com o 4T11, o custo dos serviços prestados foi R\$ 6,6 milhões inferior no 1T12, ou 1,6%. Esta redução foi basicamente composta de:

- i. Aumento de R\$ 11,2 milhões dos custos das controladas M4U, Orizon e Cielopar (Paggo e Braspag);
- ii. Aumento de R\$ 9,4 milhões referente à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pelo aumento no parque total;
- iii. Redução de R\$ 14,5 milhões principalmente em função da diminuição nos custos de manutenção e ativação dos equipamentos e nos custos dos serviços de processamento e suprimentos;
- iv. Redução de R\$ 7,6 milhões referente à diminuição nas tarifas pagas às bandeiras em função do menor volume processado;
- v. Redução de R\$ 5,1 milhões em função do menor volume de transações capturadas

O custo unitário por transação no 1T12 foi 0,9% superior ao do 4T11. O custo unitário (excluindo subsidiárias) diminuiu 2,4% em relação ao 4T11.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais reduziram R\$ 10,0 milhões, ou 7,1%, ficando em R\$ 130,0 milhões no 1T12, comparado a R\$ 140,0 milhões no mesmo trimestre de 2011. Com relação ao 4T11, houve redução de 37,5%, ou R\$ 78,0 milhões.

As **despesas de pessoal** aumentaram 15,0% ou R\$ 6,7 milhões em relação ao 1T11, devido principalmente ao aumento do quadro de pessoal da área comercial e ao reajuste de 7,0% nos salários, definido pelo acordo com o sindicato em agosto de 2011. Em relação ao 4T11, as despesas de pessoal reduziram 2,5%.

As **despesas gerais e administrativas** diminuíram 17,0% ou R\$ 8,2 milhões em relação ao 1T11, principalmente em função da redução de gastos com consultoria. Em relação ao 4T11, as despesas gerais e administrativas diminuíram 23,8%.

As **despesas de marketing e vendas** diminuíram 35,0% ou R\$ 12,6 milhões em relação ao 1T11, em função da não realização de algumas campanhas, principalmente com parceiros por se tratar de um trimestre de pouca movimentação. As despesas de marketing e vendas representaram 1,7% da receita líquida total no 1T12. Em comparação ao 4T11, as despesas comerciais e de marketing diminuíram 71,5% em função das mesmas razões.

Outras (despesas) receitas operacionais líquidas aumentaram R\$ 3,6 milhões em relação ao 1T11, em função principalmente da baixa de créditos incobráveis de aluguel de POS. Quando comparada ao trimestre anterior, esta rubrica apresentou uma redução de R\$ 5,6 milhões principalmente pela diminuição de contingências.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado

O EBITDA é a medida utilizada pela Administração da Companhia para demonstrar seu desempenho.

O **EBITDA ajustado** totalizou R\$ 943,8 milhões no 1T12, aumento de 37,9% em relação ao 1T11 e aumento de 13,3% sobre o 4T11. O EBITDA ajustado corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro, exceto os ganhos líquidos nas operações de antecipação de recebíveis. Ao lucro líquido é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

O EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

EBITDA Ajustado(R\$ milhões)	1T12	1T11	4T11	1T12 X 1T11	1T12 X 4T11
Lucro Líquido Cielo	566,6	424,7	504,5	33,4%	12,3%
Participação dos acionistas não-controladores	1,1	0,6	3,1	79,7%	-64,5%
Resultado Financeiro	(178,3)	(119,0)	(166,4)	49,9%	7,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	302,3	207,3	249,4	45,8%	21,2%
Depreciação e Amortização	73,4	53,6	63,8	36,9%	15,0%
EBITDA	765,0	567,2	654,5	34,9%	16,9%
% Margem EBITDA	62,7%	58,8%	54,3%	3.9. p.p.	8.4. p.p.
Receita Líquida de Antecipação de Recebíveis	178,7	117,1	178,8	52,6%	0,0%
EBITDA Ajustado	943,8	684,3	833,2	37,9%	13,3%
% Margem EBITDA Ajustada	67,4%	63,2%	60,2%	4.2.p.p.	7.2. p.p.

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

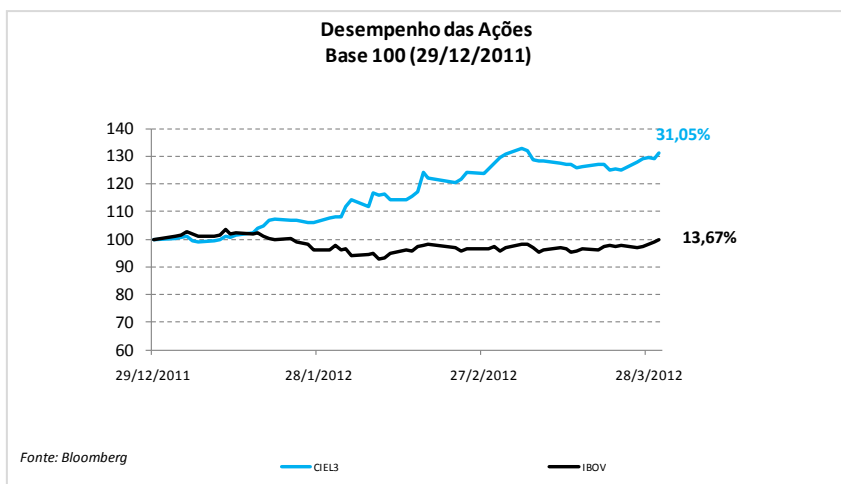
As ações da Cielo S.A. estreiam na BM&FBovespa no dia 29/06/2009, no Novo Mercado, inicialmente sob o código VNET3 e, desde o dia 18 de dezembro de 2009, em função da alteração na razão social da Companhia, são negociadas sob o novo código CIEL3. As ações da Cielo atualmente são integrantes do Índice Bovespa (Ibovespa), Índice Brasil (IBrX), Índice Brasil 50 (IBrX-50), Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Financeiro (IFNC), Índice Carbono Eficiente (ICO2), Índice Valor BM&FBovespa (IVBX-2), Índice Mid-Large Cap (MLCX), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice Brasil Amplo (IBrA) BM&FBovespa e Índice de Dividendos (IDIV).

Composição Acionária	Ações Ordinárias	%
Acionistas Controladores	312.789.342	57,3%
<i>Banco Bradesco</i>	<i>156.394.654</i>	<i>28,6%</i>
<i>Banco do Brasil</i>	<i>156.394.688</i>	<i>28,6%</i>
Em Circulação	231.962.807	42,5%
Tesouraria	1.161.371	0,2%
Total de Ações	545.913.520	100,0%

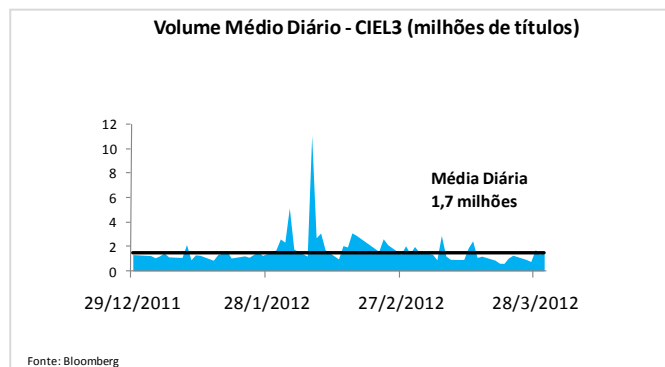
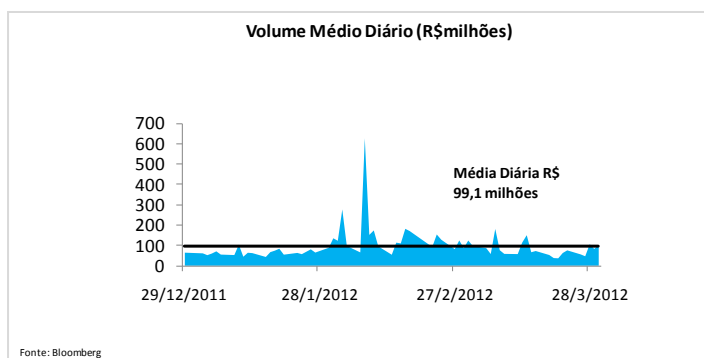
Comentário do Desempenho

Desempenho das Ações

No primeiro trimestre de 2012, enquanto o Ibovespa valorizou-se em 13,67%, as ações da Cielo (ajustadas com proventos) apresentaram valorização de 31,05%. No dia 30 de março de 2012, os papéis CIEL3 fecharam cotados a R\$ 61,89/ação (ou R\$ 51,58/ação já ajustando para bonificação ocorrida em 20 de abril de 2012), representando um valor de mercado de R\$ 33,8 bilhões.



O volume médio diário negociado no período entre janeiro e março de 2012 totalizou 1,7 milhão de ações, com um volume médio diário de R\$ 99,1 milhões, representando 0,7% do *free float*. Desde o IPO, o volume médio diário negociado foi de 1,9 milhão de ações, representando um volume médio diário negociado de R\$ 74,2 milhões, ou 0,5% do *free float*.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

A Cielo possui Conselho de Administração composto por 10 membros (2 independentes) e Conselho Fiscal com 3 membros. Além dos citados órgãos societários, foram instalados comitês de assessoramento, responsáveis pela formulação de recomendações quanto a

Comentário do Desempenho

estratégias de negócios, o que engloba estratégias de longo prazo, desempenho da Companhia e controle e fiscalização das medidas adotadas .

Atualmente, além do comitê de Auditoria, que possui previsão estatutária, estão instalados os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Finanças, Pessoas e Governança Corporativa.

A Companhia adota Políticas de Divulgação de Informações, de Negociação de Ações e Código de Ética, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 1T2012 a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários, investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de revisão especial realizada pelos auditores independentes em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, São Paulo, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

Controladas diretas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) - tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.
- CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) - tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - seu objeto social consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde complementar e drogarias, em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde complementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de

Notas Explicativas

processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Controladas indiretas

- Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) - controlada da Servrede, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; o comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos; a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; e a representação comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”) - controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito; a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito; e a administração dos pagamentos e recebimentos com a rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

Notas Explicativas

- Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; a prestação de serviços de consultoria, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet; a administração de cartões de crédito de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartões de crédito e dos estabelecimentos filiados, de financiamentos com instituições financeiras; e a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito.

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do trimestre.

2.5. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

Sobre as contas a receber dos bancos emissores relacionadas às operações de antecipações de recebíveis é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados, e utilizando as taxas de juros contratadas nessas operações.

2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada período de relatório, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o

Notas Explicativas

montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos

Notas Explicativas

contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11. Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores. A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Nesse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades

Notas Explicativas

controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto não relacionada a ele.

2.12. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do trimestre.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.14. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Notas Explicativas

Método da taxa efetiva juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Notas Explicativas

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.15. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

2.16. Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Esses processos judiciais são avaliados pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificados por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, ao prazo e ao valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.f).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.18. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do trimestre.

2.19. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 10 e na norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

2.20. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no trimestre demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de

Notas Explicativas

liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro trimestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o trimestre estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede e CieloPar, das controladas indiretas Multidisplay, M4 Produtos e Braspag (a partir de 23 de maio de 2011) e proporcionalmente das “joint ventures” Orizon, Prevsaude, Precisa e Paggo Soluções (a partir de 28 de fevereiro de 2011). Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Empresas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” Orizon, Prevsaude, Precisa e Paggo Soluções foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Sociedade e suas parceiras nessas “joint ventures”, em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

3.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
CieloPar	99,99	99,99	99,99	99,99

Notas Explicativas

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Controladas indiretas:				
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
M4 Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	100,00	100,00	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas e as principais rubricas da demonstração dos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011:

	31.03.2012					
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4	
					Produtos	Braspag
Ativo:						
Circulante	20.418	3.399	2.107	11.401	42.787	10.678
Não circulante	47.719	62.862	92.470	10.026	9.321	936
Total do ativo	<u>68.137</u>	<u>66.261</u>	<u>94.577</u>	<u>21.427</u>	<u>52.108</u>	<u>11.614</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	13.009	35	1.501	13.333	46.110	9.432
Não circulante	31.849	29.534	5.483	-	3	16
Patrimônio líquido	23.279	28.169	87.593	8.094	5.995	2.166
Participação de acionistas não controladores	-	8.523	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>68.137</u>	<u>66.261</u>	<u>94.577</u>	<u>21.427</u>	<u>52.108</u>	<u>11.614</u>
	31.12.2011					
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4	
					Produtos	Braspag
Ativo:						
Circulante	29.361	1.848	1	10.651	42.419	9.676
Não circulante	48.454	64.835	94.746	10.102	8.575	689
Total do ativo	<u>77.815</u>	<u>66.683</u>	<u>94.747</u>	<u>20.753</u>	<u>50.994</u>	<u>10.365</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	23.857	27	-	8.877	41.251	8.852
Não circulante	31.795	29.801	5.605	-	5	16
Patrimônio líquido	22.163	27.810	89.142	11.876	9.738	1.497
Participação de acionistas não controladores	-	9.045	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>77.815</u>	<u>66.683</u>	<u>94.747</u>	<u>20.753</u>	<u>50.994</u>	<u>10.365</u>

Notas Explicativas

	31.03.2012					
	M4					
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	Produtos	Braspag
Resultado:						
Receita líquida	25.011	-	-	28.391	9.969	4.109
Lucro (prejuízo) bruto	23.923	(1.581)	1.852	1.895	6.728	2.319
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.394	52	(1.553)	2.432	2.870	823
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.690	100	(1.548)	2.447	2.995	1.108
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	1.116	359	(1.549)	2.218	1.768	668
	31.03.2011					
	M4					
	Servinet	Servrede	Multidisplay	Produtos		
Resultado:						
Receita líquida		21.319	-	18.924	8.441	
Lucro bruto		19.865	1.218	1.546	2.344	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.183	998	1.456	1.515	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.208	998	1.448	1.565	
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre		795	(1.205)	1.235	527	

3.1.1. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsaude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo Soluções	50,00	50,00	50,00	50,00

As informações financeiras das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, considerando o controle compartilhado do período através dos Acordos de Acionistas. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures”:

	31.03.2012			
	Orizon	Prevsaude	Precisa	Paggo Soluções
Ativo:				
Circulante	60.146	3.401	21.062	4.039
Não circulante	<u>57.930</u>	<u>323</u>	<u>744</u>	<u>89.248</u>
Total do ativo	<u>118.076</u>	<u>3.724</u>	<u>21.806</u>	<u>93.287</u>

Notas Explicativas

	31.03.2012			
	<u>Orizon</u>	<u>Prevsauúde</u>	<u>Precisa</u>	<u>Paggo Solu�es</u>
Passivo e patrim�nio líquido:				
Circulante	8.660	2.618	8.446	3.387
Não circulante	411	-	2.323	-
Patrim�nio líquido	<u>109.005</u>	<u>1.106</u>	<u>11.037</u>	<u>89.900</u>
Total do passivo e patrim�nio líquido	<u>118.076</u>	<u>3.724</u>	<u>21.806</u>	<u>93.287</u>

	31.12.2011			
	<u>Orizon</u>	<u>Prevsauúde</u>	<u>Precisa</u>	<u>Paggo Solu�es</u>
Ativo:				
Circulante	57.207	2.404	20.909	10.348
Não circulante	<u>56.846</u>	<u>321</u>	<u>680</u>	<u>92.951</u>
Total do ativo	<u>114.053</u>	<u>2.725</u>	<u>21.589</u>	<u>103.299</u>

Passivo e patrim�nio líquido:				
Circulante	7.929	2.014	8.595	5.251
Não circulante	1.545	47	2.954	-
Patrim�nio líquido	<u>104.579</u>	<u>664</u>	<u>10.040</u>	<u>98.048</u>
Total do passivo e patrim�nio líquido	<u>114.053</u>	<u>2.725</u>	<u>21.589</u>	<u>103.299</u>

A seguir estão demonstradas as principais rubricas da demonstra o do resultado dos trimestres findos em 31 de mar o de 2012 e de 2011:

	31.03.2012			
	<u>Orizon</u>	<u>Prevsauúde</u>	<u>Precisa</u>	<u>Paggo Solu�es</u>
Resultado:				
Receita líquida	16.101	2.687	21.445	118
Lucro (prejuízo) bruto	6.963	990	1.283	(5.779)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.222	501	1.216	(8.163)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribui�o social	5.334	514	1.144	(8.148)
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	4.425	442	997	(8.148)

Notas Explicativas

	31.03.2011			
	<u>Orizon</u>	<u>Prevsau</u>	<u>Precisa</u>	<u>Paggo Soluções</u>
Resultado:				
Receita líquida	13.874	2.103	16.116	-
Lucro bruto	5.215	555	192	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.215	229	(124)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.010	137	(382)	-
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	1.168	92	(402)	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	3.095	1.489	10.507	6.257
Moeda estrangeira	2.883	15.453	2.883	15.453
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	197.095	207.508	218.963	223.296
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	28.511	13.546	49.145	44.907
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>2.918</u>	<u>3.002</u>	<u>2.918</u>	<u>3.002</u>
Total	<u>234.502</u>	<u>240.998</u>	<u>284.416</u>	<u>292.915</u>

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- Em 31 de março de 2012, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 101,94% (101,8% em 31 de dezembro de 2011), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

O efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre os valores disponíveis em contas bancárias no exterior não é relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Notas Explicativas**5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Antecipação de recebíveis (a)	3.067.545	2.924.791	3.067.545	2.924.791
Trava de domicílio bancário (b)	7.373	5.165	7.373	5.165
Serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	-	-	6.926	6.857
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (d)	4.624	4.769	4.624	4.769
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (e)	-	-	44.738	38.276
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (f)	8.603	34.956	8.603	34.956
Outras contas a receber	<u>2.483</u>	<u>2.115</u>	<u>4.395</u>	<u>4.685</u>
Total	<u>3.090.628</u>	<u>2.971.796</u>	<u>3.144.204</u>	<u>3.019.499</u>

- (a) Em 31 de março de 2012, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Adicionalmente, em 31 de março de 2012, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$112.291 (R\$100.900 em 31 de dezembro de 2011), haja vista que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (e) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4 Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (f) Corresponde substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito. A despesa com perdas de “chargeback” no trimestre findo em 31 de março de 2012 totalizam um saldo de R\$28 (R\$4.289 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
A vencer	3.082.025	2.936.840	3.135.601	2.984.543
Vencidos até 45 dias	<u>8.603</u>	<u>34.956</u>	<u>8.603</u>	<u>34.956</u>
Total	<u>3.090.628</u>	<u>2.971.796</u>	<u>3.144.204</u>	<u>3.019.499</u>

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis e estão classificados no ativo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	223.973	213.241	234.795	224.044
Provisão para despesas diversas	75.242	85.740	75.039	86.357
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	38.281	34.408	38.281	34.408
Provisão para perdas com equipamentos POS	<u>1.186</u>	<u>1.053</u>	<u>1.186</u>	<u>1.053</u>
Total	<u>338.682</u>	<u>334.442</u>	<u>349.301</u>	<u>345.862</u>

O saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos no consolidado no valor de R\$4.484 em 31 de março de 2012 (R\$4.751 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao efeito de impostos sobre a alocação do ágio na aquisição da M4U.

7. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Em controladas	139.031	139.115
Em controladas em conjunto	<u>38.767</u>	<u>36.945</u>
Total	<u>177.798</u>	<u>176.060</u>

Notas Explicativas**Principais informações sobre as controladas, controladas indiretas e controladas em conjunto**

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %		Equivalência patrimonial		Investimentos	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.12.2011
	Servinet	23.279	22.163	1.116	795	99,99	99,99	1.116	795	23.279
Servrede	28.169	27.810	359	(1.205)	99,99	99,99	359	(1.205)	28.169	27.810
Orizon										
(a) e (b)	109.005	104.579	4.425	1.168	40,95	40,95	1.812	478	38.767	36.945
CieloPar	87.593	89.142	(1.549)	-	99,99	99,99	(1.549)	-	87.583	89.142
Total							<u>1.738</u>	<u>68</u>	<u>177.798</u>	<u>176.060</u>

Controladas em conjunto de forma indireta

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.12.2011
	Prevsáude (b)	1.106	664	442	92	40,95
Precisa (b)	11.037	10.040	997	(402)	40,95	40,95
Multidisplay (b)	8.094	11.876	2.218	1.235	50,10	50,10
M4 Produtos (b)	5.995	9.738	1.768	527	50,10	50,10
Paggo Soluções (b)	89.900	98.048	(8.148)	-	50,00	50,00
Braspag (b)	2.166	1.497	668	-	100,00	-

(a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda. e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(b) Foram utilizadas as demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2012 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2012. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de dois meses findo em 29 de fevereiro de 2012.

A movimentação dos investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2012 é como segue:

31 de dezembro de 2011	176.060
Equivalência patrimonial	<u>1.738</u>
31 de março de 2012	<u>177.798</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora (BR GAAP)			
		31.03.2012		31.12.2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	965.951	(493.117)	472.834	476.102
Equipamentos de processamento de dados	20	41.191	(22.560)	18.631	18.487
Máquinas e equipamentos	10	41.120	(39.011)	2.109	2.450
Instalações	10	13.018	(7.173)	5.845	6.027
Móveis e utensílios	10	6.503	(2.811)	3.692	3.830
Veículos	20	<u>2.289</u>	<u>(856)</u>	<u>1.433</u>	<u>1.363</u>
Total		<u>1.070.072</u>	<u>(565.528)</u>	<u>504.544</u>	<u>508.259</u>

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31.03.2012			31.12.2011
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	968.909	(495.817)	473.092	476.406
Equipamentos de processamento de dados	20	51.572	(28.840)	22.732	21.697
Máquinas e equipamentos	10	45.367	(42.732)	2.635	3.068
Instalações	10	26.033	(12.548)	13.485	13.771
Móveis e utensílios	10	10.469	(4.610)	5.859	6.065
Veículos	20	<u>2.337</u>	<u>(884)</u>	<u>1.453</u>	<u>1.362</u>
Total		<u>1.104.687</u>	<u>(585.431)</u>	<u>519.256</u>	<u>522.369</u>

(*) Em 31 de março 2012 e 31 de dezembro de 2011, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$3.488 e R\$3.099, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva conta.

A movimentação do imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	31.03.2012
Equipamentos POS	476.102	69.239	(7.929)	(64.578)	472.834
Equipamentos de processamento de dados	18.487	1.439	-	(1.295)	18.631
Máquinas e equipamentos	2.450	-	-	(341)	2.109
Instalações	6.027	1	-	(183)	5.845
Móveis e utensílios	3.830	9	-	(147)	3.692
Veículos	<u>1.363</u>	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>	<u>1.433</u>
Total	<u>508.259</u>	<u>70.866</u>	<u>(7.929)</u>	<u>(66.652)</u>	<u>504.544</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	31.03.2012
Equipamentos POS	476.406	69.239	(7.930)	(64.623)	473.092
Equipamentos de processamento de dados	21.697	2.610	(4)	(1.571)	22.732
Máquinas e equipamentos	3.068	-	(71)	(362)	2.635
Instalações	13.771	690	(462)	(514)	13.485
Móveis e utensílios	6.065	25	-	(231)	5.859
Veículos	<u>1.362</u>	<u>199</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>	<u>1.453</u>
Total	<u>522.369</u>	<u>72.763</u>	<u>(8.467)</u>	<u>(67.409)</u>	<u>519.256</u>

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, existem ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados, com valores líquidos de R\$48 e R\$120, respectivamente. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$72 e R\$289, respectivamente.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, a Sociedade possui contrato de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

A composição analítica dos ágios em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	(BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	
	31.03.2012 e 31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Projeto Saúde:			
Ágio na aquisição de controlada (a)	26.269	26.269	26.269
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon	-	13.532	13.532
Prevsáude	-	3.179	3.179
Precisa	-	1.457	1.457
M4U	-	31.348	31.348
Paggo Soluções	-	46.979	46.979
Braspag	-	38.743	39.343
	<u>26.269</u>	<u>161.507</u>	<u>162.107</u>
Provisão para perdas com ágio	(16.126)	(16.126)	(16.126)
Lucro não realizado (b)	-	(5.880)	(5.880)
Total	<u>10.143</u>	<u>139.501</u>	<u>140.101</u>

(a) Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2009 sobre as controladas CBGS Ltda. e CBGS foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões para a manutenção da integridade do patrimônio líquido (“PMIPL”), nos valores de R\$11.064 e R\$15.205, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando-se que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2009 não alteraram a essência econômica daqueles ágios. A reconstituição dos ágios foi registrada em contrapartida da rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas”.

(b) Corresponde à eliminação do ganho de capital nas demonstrações financeiras consolidadas de 2009, gerado no aporte do investimento da CBGS Ltda. na Orizon a valor de mercado na sua então controlada em conjunto CBGS, na proporção da participação que a CBGS Ltda. detinha no capital social da CBGS.

A Sociedade revisa anualmente o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de haver indicadores de perda de valor. Nenhuma provisão para perda do valor dos ágios foi registrada nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012 e de 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Projeto Saúde

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. pelo montante de R\$71.691, transferindo o ágio na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização incorrida até a data da transação, e gerando um contas a pagar de R\$67.354 integralizado em até dois anos após a transação. Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização incorrida até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perdas com ágio	<u>(39.116)</u>	99,99	<u>(39.116)</u>
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Total	<u>73.017</u>		<u>39.801</u>

Aquisição do controle - Prevsauúde e Precisa

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsauúde e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$11.322, o qual estava fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os anos posteriores ao da aquisição.

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Prevsauúde	7.765	40,95	3.179
Precisa	<u>3.557</u>	40,95	<u>1.457</u>
Total	<u>11.322</u>		<u>4.636</u>

Notas Explicativas

Aquisição do controle - M4U

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4 Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650, do qual R\$25.600 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante, será pago em até 37 meses a partir da data de fechamento, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Servrede inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio	<u>31.348</u>

(*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U em agosto de 2010 foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações similares. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Aquisição do participação - Paggo Soluções

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”.

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções. A aquisição da participação na Paggo Soluções deu-se em 28 de fevereiro de 2011 pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

Notas Explicativas

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	35	-	35
Contas a receber operacional	8.627	-	8.627
Outros créditos	1.288	-	1.288
Ativo intangível	104.406	(104.406)	-
Fornecedores	(9.776)	-	(9.776)
Outras obrigações	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Total	<u>104.448</u>	<u>(104.406)</u>	<u>42</u>

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>(52.203)</u>
	21
Preço total dos ativos adquiridos	<u>47.000</u>
Ágio	<u>46.979</u>

(*) Corresponde substancialmente à provisão para perda do direito de uso de softwares registrado na controlada em conjunto Paggo Soluções no balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Com base no laudo de avaliação da alocação do ágio gerado na aquisição da Paggo Soluções, elaborado por avaliadores independentes e conforme pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, obteve-se o entendimento de que o valor pago está refletido substancialmente em expectativa de rentabilidade futura, ou seja, ágio (“goodwill”).

Aquisição do controle - Braspag

Em 23 de maio de 2011, através da controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda., líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$40.000, pago integralmente na data da aquisição.

O balanço patrimonial em 30 de abril de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

Notas Explicativas

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	1.827	-	1.827
Contas a receber	2.362	-	2.362
Imobilizado e intangível	764	4.638	5.402
Fornecedores	(407)	-	(407)
Outras obrigações	<u>(2.922)</u>	<u>(5.605)</u>	<u>(8.527)</u>
Total	<u>1.624</u>	<u>(967)</u>	<u>657</u>

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar, em 31 de dezembro de 2011, inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$39.343, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.624
(-) Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	<u>(967)</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
Preço de compra considerado	<u>40.000</u>
Ágio	<u>39.343</u>

(*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, a controlada Braspag identificou que a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” estava superavaliada em R\$600. Sendo assim, a Panseg Promoções Ltda., antiga acionista da Braspag, efetuou o pagamento para a CieloPar, sendo este registrado contra o ágio. Portanto, a CieloPar reavaliou o preço de aquisição de R\$40.000 para R\$39.400.

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar, em 31 de março de 2012, inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$38.743 (R\$39.343 em 31 de dezembro de 2011), gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.624
(-) Valor justo dos passivos líquidos adquiridos	<u>(967)</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
Preço de compra considerado - ajustado	<u>39.400</u>
Ágio	<u>38.743</u>

Notas Explicativas

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Taxa anual de amortização - %	Controladora (BR GAAP)			
		31.03.2012		31.12.2011	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	108.877	(79.395)	29.482	31.768
Desenvolvimento de projetos (b)	20	<u>25.044</u>	<u>(8.317)</u>	<u>16.727</u>	<u>17.479</u>
Total		<u>133.921</u>	<u>(87.712)</u>	<u>46.209</u>	<u>49.247</u>

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31.03.2012		31.12.2011	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	124.763	(84.976)	39.787	41.859
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.056	(8.328)	16.728	17.479
Acordo de não competição (c)	13,5	15.197	(3.064)	12.133	12.658
Contratos de serviços (c)	4	17.810	(3.829)	13.981	14.674
Relacionamento com clientes (d)	20	<u>1.444</u>	<u>(123)</u>	<u>1.321</u>	<u>1.357</u>
Total		<u>184.270</u>	<u>(100.320)</u>	<u>83.950</u>	<u>88.027</u>

- (a) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante. Adicionalmente, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está contabilizada a provisão para softwares descontinuados em R\$2.000, como redutora do saldo da respectiva rubrica.
- (b) Representa gastos com desenvolvimento de novos produtos e serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da M4 Produtos e Multidisplay, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. Os principais componentes dos cálculos dos ativos intangíveis são como segue:
- O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado através da metodologia do “Income Approach”, utilizando-se de uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- (d) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da Braspag, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e seu respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível no trimestre findo em 31 de março de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				31.03.2012
	31.12.2011	Adições	Baixas	Amortizações	
Software	31.768	737	-	(3.023)	29.482
Desenvolvimento de projetos	<u>17.479</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(752)</u>	<u>16.727</u>
Total	<u>49.247</u>	<u>737</u>	<u>-</u>	<u>(3.775)</u>	<u>46.209</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				31.03.2012
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Amortizações	
Software	41.859	1.960	(2)	(4.030)	39.787
Desenvolvimento de projetos	17.479	-	-	(751)	16.728
Acordo de não competição	12.658	-	-	(525)	12.133
Contratos de serviços	14.674	-	-	(693)	13.981
Relacionamento com clientes	<u>1.357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>1.321</u>
Total	<u>88.027</u>	<u>1.960</u>	<u>(2)</u>	<u>(6.035)</u>	<u>83.950</u>

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

11. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.2012	31.12.2011
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	36.117.240	39.227.878
Antecipação de valores com bancos emissores (*)	795.865	545.721
Saldos a receber de bancos emissores	(34.894.976)	(38.113.232)
Total	<u>2.018.129</u>	<u>1.660.367</u>

(*) A Sociedade realiza operações de antecipação de valores que os emissores de cartão de crédito têm a repassar a ela.

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Notas Explicativas

Conforme descrito na nota explicativa nº 24.b), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$2.018.129 em 31 de março de 2012 (R\$1.660.367 em 31 de dezembro de 2011) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Cielo é de 27 dias e o prazo médio de liquidação da Cielo com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 corresponde ao “float” de aproximadamente três dias.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Circulante	55.950	19.666	55.950	19.666
Não circulante	<u>190.798</u>	<u>131.182</u>	<u>190.798</u>	<u>131.182</u>
Total	<u>246.748</u>	<u>150.848</u>	<u>246.748</u>	<u>150.848</u>

	Encargos (taxa média ponderada)		<u>31.03.2012</u>
Passivo circulante-			
Financiamento de equipamentos (FINAME)	TJLP + 2,63% a.a.		<u>55.950</u>
Passivo não circulante-			
Financiamento de equipamentos (FINAME)	TJLP + 2,63% a.a.		<u>190.798</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de vencimento

2013	79.808
2014	90.616
2015	12.997
2016	<u>7.377</u>
Total	<u>190.798</u>

Notas Explicativas

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A., que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos. Adicionalmente, a Sociedade fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINAME.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Sociedade efetuou novas operações de financiamentos relacionadas ao FINAME. Os valores envolvidos somam a importância de R\$95.135, com taxa média ponderada de 2,45% ao ano mais TJLP.

A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31.12.2011	Novos financiamentos	Juros provisionados	Juros pagos	31.03.2012
FINAME	<u>150.848</u>	<u>95.135</u>	<u>3.962</u>	<u>(3.197)</u>	<u>246.748</u>

Não houve movimentação relacionada a empréstimos no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Não há cláusulas de “covenants” financeiros nos contratos firmados.

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Fornecedores	55.877	80.754	113.677	140.310
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>178.586</u>	<u>149.505</u>	<u>178.586</u>	<u>149.505</u>
Total	<u>234.463</u>	<u>230.259</u>	<u>292.263</u>	<u>289.815</u>

Notas Explicativas**15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	162.811	345.327	163.632	346.875
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	3.967	13.787	5.251	14.750
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.815	11.838	6.568	12.776
Imposto Sobre Serviços - ISS	13.003	6.286	14.016	7.628
Programa de Integração Social - PIS	5.588	5.626	5.935	5.962
Outros tributos a recolher	<u>2.431</u>	<u>3.050</u>	<u>3.154</u>	<u>4.005</u>
Total	<u>193.615</u>	<u>385.914</u>	<u>198.556</u>	<u>391.996</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	25.350	42.148	25.596	42.346
Provisão para férias e encargos	18.163	16.987	28.393	27.061
Participação dos colaboradores e diretores	9.835	37.118	14.623	52.215
Provisão para retenção de executivos (a)	966	12.324	966	12.324
Outros valores a pagar	-	-	<u>8.260</u>	<u>1.851</u>
Total	<u>54.314</u>	<u>108.577</u>	<u>77.838</u>	<u>135.797</u>
Passivo não circulante:				
Contas a pagar - aquisição de controladas				
(b)	-	-	25.050	25.050
Provisão para retenção de executivos (a)	-	-	<u>63</u>	<u>530</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.113</u>	<u>25.580</u>

(a) Refere-se substancialmente ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2009, aplicável aos principais executivos da Sociedade, que considera resultados do negócio e permanência deles na Sociedade por um período de dois anos, sendo a despesa e respectiva provisão registradas ao longo do prazo de vigência do referido plano.

(b) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da M4U, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

	Controladora (BR GAAP)					31.03.2012
	31.12.2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	
Tributárias	602.778	32.398	-	180	-	635.356
Cíveis	10.726	1.343	(4.053)	234	(11)	8.239
Trabalhistas	<u>26.961</u>	<u>1.536</u>	<u>(129)</u>	<u>68</u>	-	<u>28.436</u>
Total	<u>640.465</u>	<u>35.277</u>	<u>(4.182)</u>	<u>482</u>	<u>(11)</u>	<u>672.031</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					31.03.2012
	31.12.2011	Adições (i)	Baixas reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	
Tributárias	625.401	32.398	-	193	-	657.992
Cíveis	16.331	1.350	(4.182)	234	(11)	13.722
Trabalhistas	<u>36.275</u>	<u>1.698</u>	<u>(272)</u>	<u>71</u>	-	<u>37.772</u>
Total	<u>678.007</u>	<u>35.446</u>	<u>(4.454)</u>	<u>498</u>	<u>(11)</u>	<u>709.486</u>

(i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, no trimestre findo em 31 de março de 2012, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Impostos sobre serviços” e as demais adições à provisão para riscos foram registradas em contrapartida de “Outras despesas operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.

(ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2012, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$8.239 (Controladora) e R\$13.722 (Consolidado) e o saldo de depósito judicial é de R\$6.972 (Controladora) e R\$8.633 (Consolidado).

Notas Explicativas

Adicionalmente, em 31 de março de 2012, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2012, incluíam 270 ações trabalhistas contra a Cielo e 70 contra a Servinet, das quais 107 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 233 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 31 de março de 2012, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$28.436 (Controladora) e de R\$37.772 (Consolidado) e o saldo de depósito judicial é de R\$32 (Consolidado).

Processos fiscais

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- Cofins - não comutatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 31 de março de 2012, o valor dessa provisão para riscos é de R\$611.654 (Controladora) (R\$632.210 - Consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$598.949 (Controladora) (R\$620.146 - Consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 31 de março de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.999 (Controladora e Consolidado).

Notas Explicativas

- PIS/PASEP MP nº 1.212/95 - em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la ao recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Em 31 de março de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$1.904 (Consolidado).
- CSLL 2002 - Em 2002, a Sociedade efetuou compensações de um terço do valor recolhido a título da Cofins, com a CSLL, amparada por mandado de segurança e liminar. A União interpôs Recurso de Apelação suspendendo as compensações, glosando os ajustes das obrigações acessórias. Em 2011, a Sociedade ingressou com medida cautelar na 2ª Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP; o processo aguarda análise das autoridades. Em 31 de março de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.372 (Controladora e Consolidado) e depósito judicial no montante de R\$10.895 (Controladora e Consolidado).

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para riscos constituídas em 31 de março de 2012 nos montantes de R\$331 (Controladora) e de R\$507 (Consolidado). Para fazer frente a processos avaliados como riscos possíveis e remotos pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$14.400 (Controladora) e de R\$17.184 (Consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 31 de março de 2012, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Tributárias	80.679	90.733
Cíveis	90.424	90.424
Trabalhistas	<u>21.206</u>	<u>24.086</u>
Total	<u>192.309</u>	<u>205.243</u>

b) Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2012, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adição</u>	<u>31.03.2012</u>
Tributárias	592.458	31.786	624.244
Cíveis	<u>4.759</u>	<u>2.213</u>	<u>6.972</u>
Total	<u>597.217</u>	<u>33.999</u>	<u>631.216</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			31.12.2012
	31.12.2011	Adição	Baixa	
Tributárias	616.439	31.786	-	648.225
Cíveis e trabalhistas	<u>6.366</u>	<u>2.353</u>	(54)	<u>8.665</u>
Total	<u>622.805</u>	<u>34.139</u>	(54)	<u>656.890</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social em 31 de março de 2012 está representado por 545.913.520 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a), a quantidade de ações em circulação em 31 de março de 2012 é de 544.752.149 (544.529.228 ações em 31 de dezembro de 2011).

b) Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de março de 2012 é de R\$90.712 (R\$88.888 em 31 de dezembro de 2011).

c) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 17 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir daquela data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

Notas Explicativas

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	1.384.292	(50.859)	36,74
Venda em janeiro de 2012	(7.916)	292	36,74
Venda em fevereiro de 2012	(270.826)	9.953	36,74
Recompra em março de 2012	96.850	(5.800)	59,89
Venda em março de 2012	<u>(41.029)</u>	<u>1.585</u>	<u>38,60</u>
Saldo final em 31 de março de 2012	<u>1.161.371</u>	<u>(44.829)</u>	<u>38,60</u>

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d) Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do trimestre, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

O saldo da reserva legal em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$52.767.

e) Reserva de lucros - orçamento de capital

Em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 18 de janeiro de 2012, foi aprovada a proposta de orçamento de capital preparada pela Administração da Sociedade, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade permitir a futura aquisição, pela Sociedade, de ações de sua própria emissão.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$708.202.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Notas Explicativas

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2012, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, nos montantes de R\$658.639 (representado pela soma dos montantes de R\$311.879, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011, e de R\$346.760, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais propostos” em 31 de dezembro de 2011) e R\$7.578 (R\$6.441, líquido de IRRF), respectivamente. Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 30 de março de 2012.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram referendados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2012.

19. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a) Movimentação do número de ações ordinárias

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	<u>Ordinárias</u>
<u>Ações emitidas</u>	
Ações em 31 de dezembro de 2011	544.529.228
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2012	7.916
Fevereiro de 2012	270.826
Recompra de ações em tesouraria - março de 2012	(96.850)
Março de 2012	<u>41.029</u>
Total	<u>544.752.149</u>

b) Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

Lucro líquido por ação básico

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	<u>566.593</u>	<u>424.655</u>	<u>566.593</u>	<u>424.655</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>544.326</u>	<u>544.118</u>	<u>544.326</u>	<u>544.118</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico	<u>1,0409</u>	<u>0,7804</u>	<u>1,0409</u>	<u>0,7804</u>

Notas ExplicativasLucro líquido por ação diluído

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	<u>566.593</u>	<u>424.655</u>	<u>566.593</u>	<u>424.655</u>
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares) (*)	544.326	544.118	544.326	544.118
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>724</u>	<u>634</u>	<u>724</u>	<u>634</u>
Total (em milhares)	<u>545.050</u>	<u>544.752</u>	<u>545.050</u>	<u>544.752</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - diluído	<u>1.0395</u>	<u>0.7795</u>	<u>1.0395</u>	<u>0.7795</u>

(*) Ajustada retrospectivamente para contemplar os efeitos da bonificação e do grupamento ocorridos em 2011.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receita de comissões	928.756	736.499	927.838	735.055
Receita de aluguel	324.697	268.168	324.916	268.390
Receita de prestação de outros serviços	45.298	28.656	107.797	72.380
Impostos sobre serviços	<u>(130.110)</u>	<u>(103.634)</u>	<u>(139.789)</u>	<u>(110.820)</u>
Total	<u>1.168.641</u>	<u>929.689</u>	<u>1.220.762</u>	<u>965.005</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

Notas Explicativas

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Despesas com pessoal	53.180	50.461	80.335	71.561
Depreciações e amortizações	70.427	51.528	73.365	53.602
Serviços profissionais	46.221	53.654	17.459	30.412
Gastos com adquirência (a)	269.118	214.756	270.577	215.506
Marketing e vendas (b)	23.360	35.962	23.400	36.019
Custo com medicamentos e créditos de celulares em controladas (c)	-	-	33.594	23.191
Outros	<u>18.985</u>	<u>12.413</u>	<u>30.378</u>	<u>21.120</u>
Total	<u>481.291</u>	<u>418.774</u>	<u>529.108</u>	<u>451.411</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	352.220	276.008	399.159	311.493
Despesas com pessoal	29.568	29.677	51.070	44.391
Despesas gerais e administrativas	64.203	68.980	41.829	49.450
Marketing e vendas	23.360	35.962	23.400	36.019
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>11.940</u>	<u>8.147</u>	<u>13.650</u>	<u>10.058</u>
Total	<u>481.291</u>	<u>418.774</u>	<u>529.108</u>	<u>451.411</u>

- (a) Os gastos com adquirência são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a medicamentos e crédito de minutos para celulares vendidos pelas controladas indiretas Precisa e Multidisplay, respectivamente.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4 Produtos, CieloPar, Braspag e Paggo Soluções.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Notas Explicativas

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011:

	Controladora (BR GAAP)								
	31.03.2012								31.12.2011
	Acionistas		Controladas						Total
Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total
Ativos (passivos):									
Aplicações financeiras (a)	72.440	28.488	-	-	-	-	-	100.928	161.300
Contas a receber operacionais	824	1.204	-	-	-	-	-	2.028	2.214
Contas a receber de controladas	-	-	-	149	-	1.500	70	28	1.747
Contas a pagar a controladas (e)	-	-	(9.890)	-	-	-	-	(9.890)	(11.055)

	Controladora (BR GAAP)								
	31.03.2012								31.03.2011
	Acionistas		Controladas						Total
Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total
Receitas:									
Receitas de aplicações financeiras (a)	2.040	602	-	-	-	-	-	2.642	4.550
Receitas de prestação de outros serviços (b)	2.429	3.742	-	-	987	-	70	28	7.256
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	427	-	-	-	-	427
Receita de securitização de recebíveis no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas:									
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(1.426)	(1.157)	-	-	-	-	-	(2.583)	-
Outras despesas operacionais (d)	(2.928)	(620)	-	-	-	-	-	(3.548)	(3.085)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(29.164)	-	-	-	-	(29.164)	(24.850)

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para a M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(c).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos bancos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

Notas Explicativas

Principais transações com partes relacionadas

- Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

- Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

- Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões VISAVALE, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

- Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

Em 30 de junho de 2010 a Sociedade assinou um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos com a Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do grupo Bradesco S.A. licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. Adicionalmente, em dezembro de 2011, foi assinado o termo aditivo ao contrato de prestação de serviço, cujo objetivo é a renovação do contrato de VAN até 31 de dezembro de 2012, bem como a equalização dos benefícios econômicos da Sociedade e da BankPar decorrentes desse contrato, conforme avaliação feita sob assessoria de banco de investimento especializado. Em termos financeiros, tal equalização foi realizada pela inclusão da taxa de conectividade devida pela Sociedade à BankPar, referente à disponibilização de tecnologia que viabiliza o acesso da Sociedade à

Notas Explicativas

base dos sistemas de aquisição de estabelecimentos afiliados à bandeira Amex, e resultou em um pagamento de R\$38 milhões. A expansão da parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade à medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura de referidos documentos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais.

- Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

- Escrituração de ações da Cielo

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Cielo firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

- Serviços operacionais - programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

- Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Garantias internacionais.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	866.206	629.711	869.985	632.570
Alíquotas vigentes - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(294.510)	(214.102)	(295.795)	(215.074)
Incentivos fiscais (a)	4.193	3.423	4.193	3.423
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (b)	<u>(9.296)</u>	<u>5.623</u>	<u>(10.683)</u>	<u>4.352</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(299.613)</u>	<u>(205.056)</u>	<u>(302.285)</u>	<u>(207.299)</u>
Correntes	(303.853)	(222.691)	(305.991)	(223.954)
Diferidos	4.240	17.635	3.706	16.655

- (a) Correspondem a incentivos fiscais relacionados à Lei Rouanet, a Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Programa de Amparo ao Trabalhador - PAT e à Lei do Esporte.
- (b) Representado substancialmente por provisões para riscos e resultado de equivalência patrimonial, indedutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais, depósitos judiciais e contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 31 de março de 2012, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Notas Explicativas

		31.03.2012			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	234.502	234.502	284.416	284.416
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	3.090.628	3.090.628	3.144.204	3.144.204
Contas a receber de controladas	Empréstimos e recebíveis	1.747	1.747	-	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	631.216	631.216	656.890	656.890
Fornecedores	Outros passivos financeiros	234.463	234.463	292.263	292.263
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	2.018.129	2.018.129	2.018.129	2.018.129
Contas a pagar a controladas	Outros passivos financeiros	9.890	9.890	-	-
Contas a pagar - aquisição de controlada	Outros passivos financeiros	-	-	25.050	25.050
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	246.748	246.748	246.748	246.748

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Notas Explicativas

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio, utilizadas pelas bandeiras, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Não existem operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2012, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado <u>(IFRS e BR GAAP)</u>
Caixa e bancos	2.524
Aplicações financeiras	<u>1.602</u>
Total	<u>4.126</u>

Notas Explicativas

Controladora
(BR GAAP) e
Consolidado
(IFRS e BR GAAP)

Passivo-	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(5.659)
Total	(5.659)
	<u>(1.533)</u>

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI e os empréstimos pela variação da TJLP. Em 31 de março de 2012, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas (despesas), conforme segue:

	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	728	1.821	3.642
Empréstimos e financiamento	1.003	2.507	5.015

g) Derivativos

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

h) Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Categoria		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	234.502	240.998	284.416	292.915
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	3.090.628	2.971.796	3.144.204	3.019.499
Contas a receber de controladas	Empréstimos e recebíveis	1.747	134	-	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	<u>631.216</u>	<u>597.217</u>	<u>656.890</u>	<u>622.805</u>
Total		<u>3.958.093</u>	<u>3.810.145</u>	<u>4.085.510</u>	<u>3.935.219</u>

Notas Explicativas

Passivo	Categoria	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	2.018.129	1.660.367	2.018.129	1.660.367
Fornecedores	Outros passivos financeiros	234.463	230.259	292.263	289.815
Contas a pagar a controladas	Outros passivos financeiros	9.890	11.055	-	-
Obrigações a pagar - securitização no exterior	Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de controlada	Outros passivos financeiros	-	-	25.050	25.050
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	<u>246.748</u>	<u>150.848</u>	<u>246.748</u>	<u>150.848</u>
Total		<u>2.509.230</u>	<u>2.052.529</u>	<u>2.582.190</u>	<u>2.126.080</u>

25. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2012, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

<u>Ano</u>	
2012	3.765
2013	5.421
2014	<u>5.855</u>
Total	<u>15.041</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística

Em 31 de março de 2012, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística são os seguintes:

<u>Ano</u>	
2012	390.663
2013	562.555
2014	<u>607.560</u>
Total	<u>1.560.778</u>

Notas Explicativas

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$21.593. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$10.170. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

c) Fianças bancárias

Em 31 de março de 2012, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade

Garantia para recarga pessoal e multioperadora (*) 400

(*) Caução cedida à controlada Multidisplay por instituições financeiras para garantir os pagamentos dos contratos com as operadoras de telefonia celular.

26. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Colaboradores	7.490	6.832	10.849	9.420
Diretores estatutários	<u>2.346</u>	<u>2.119</u>	<u>2.346</u>	<u>2.119</u>
Total	<u>9.836</u>	<u>8.951</u>	<u>13.195</u>	<u>11.539</u>

27. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho da Administração e Conselho Fiscal, o presidente e os diretores estatutários.

	31.03.2012		
	Remuneração		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
	(*)		
Diretores estatutários	1.133	3.032	4.165
Conselhos Fiscal e de Administração	<u>339</u>	-	<u>339</u>
Total	<u>1.472</u>	<u>3.032</u>	<u>4.504</u>

Notas Explicativas

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2011, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, foi de R\$20.000. Para o Conselho Fiscal foi fixada remuneração de R\$309.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.104	8.436	7.284	8.978
Juros de securitização no exterior	-	1.049	-	1.049
Outras receitas financeiras	<u>37</u>	<u>35</u>	<u>199</u>	<u>117</u>
Total	<u>6.141</u>	<u>9.520</u>	<u>7.483</u>	<u>10.144</u>
Antecipação de recebíveis:				
Receita com antecipação de recebíveis (a)	190.140	120.828	190.140	120.828
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(11.391)</u>	<u>(3.716)</u>	<u>(11.391)</u>	<u>(3.716)</u>
Total	<u>178.749</u>	<u>117.112</u>	<u>178.749</u>	<u>117.112</u>
Variação cambial, líquida (c)	<u>4.192</u>	<u>947</u>	<u>4.183</u>	<u>947</u>
Despesas financeiras:				
Juros de securitização no exterior	-	(1.049)	-	(1.049)
Juros de mora e multas	(15)	(17)	(46)	(48)
Multas e juros de riscos	(483)	(939)	(501)	(1.128)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(6.068)	(5.533)	(6.068)	(5.533)
Juros sobre empréstimos	(3.962)	-	(3.962)	-
Outras despesas financeiras	<u>(1.436)</u>	<u>(1.313)</u>	<u>(1.507)</u>	<u>(1.469)</u>
Total	<u>(11.964)</u>	<u>(8.851)</u>	<u>(12.084)</u>	<u>(9.227)</u>
Total	<u>177.118</u>	<u>118.728</u>	<u>178.331</u>	<u>118.976</u>

(a) A receita com antecipação de recebíveis no trimestre findo em 31 de março de 2012 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante o trimestre findo naquela data.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.

- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$4.507 (R\$1.016 em 31 de março de 2011) e despesa no montante de R\$315 (R\$69 em 31 de março de 2011).

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Créditos de liquidação duvidosa (*)	(5.795)	(7.988)	(5.795)	(7.988)
Provisão (reversão) para riscos, líquida	717	(3.045)	(1.342)	(6.090)
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	(4.217)	(3.690)	(4.217)	(3.690)
Baixa efetiva de imobilizado	(4.523)	-	(4.523)	-
Receitas com multas contratuais	1.695	3.940	1.695	3.940
Diversas receitas operacionais	<u>183</u>	<u>2.636</u>	<u>532</u>	<u>3.770</u>
Total	<u>(11.940)</u>	<u>(8.147)</u>	<u>(13.650)</u>	<u>(10.058)</u>

(*) Inclui a provisão e a perda efetiva com aluguel de equipamento POS.

30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2012, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	36.438
Lucros cessantes	11.177
Veículos	809

Notas Explicativas

31. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010 e 22 de julho de 2011, foram aprovadas a primeira, segunda, terceira e quarta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta outorga (julho de 2011), promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

<u>Data de outorga</u>	<u>Quantidade de ações</u>			<u>Preço de exercício (R\$ por ação)</u>	<u>Valor justo das opções (R\$ por ação)</u>
	<u>Outorgadas</u>	<u>Exercidas</u>	<u>Saldo</u>		
Julho de 2009	1.042.320	(697.875)	344.445	28,42	10,43
Setembro de 2009	220.480	(15.654)	204.826	42,38	13,75
Julho de 2010	1.073.680	(258.429)	815.251	39,99	13,38
Julho de 2011	<u>1.312.065</u>	<u>-</u>	<u>1.312.065</u>	31,26	12,48
Total	<u>3.648.545</u>	<u>(971.958)</u>	<u>2.676.587</u>		

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes e, em 2011, utilizada a metodologia binomial, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	<u>Outorga em</u>		
	<u>Julho e setembro de 2009</u>	<u>Julho de 2010</u>	<u>Julho de 2011</u>
“Dividend yield”	6,66%	5,73%	8,87%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	5 anos

Notas Explicativas

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do trimestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No trimestre findo em 31 de março de 2012 foi reconhecida despesa de R\$2.054 (R\$3.333 em 31 de março de 2011), registrada na rubrica “Despesas com pessoal”, e foram exercidas 319.771 ações no valor de R\$11.830 em 31 de março de 2012 (12.099 ações no valor de R\$20 em 31 de março de 2011), sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” em 31 de março de 2012 de R\$1.824 (R\$3.313 em 31 de março de 2011).

32. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2012, em despesas de contribuições no montante de R\$1.667 (R\$1.522 em 31 de março de 2011), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

33. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Pagamento de contingências com depósitos judiciais	-	-	-	303
Acervo líquido incorporado na consolidação proveniente da Paggo Soluções	-	-	-	51.224
Aquisições de equipamentos POS através de novos empréstimos FINAME	69.239	-	69.239	-

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2012 foi aprovado o aumento do capital social em R\$236.165 mediante capitalização de reserva de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias de que forem titulares na posição final do dia 20 de abril de 2012, e a partir de 23 de abril de 2012, inclusive, as ações serão negociadas “ex direito” à bonificação, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

35. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 24 de abril de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão das informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os

seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de abril de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Cielo S.A., e por ocasião da reunião realizada na presente data, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e parecer emitido pelos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu concluíram que as referidas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores, quando da Assembleia Geral Ordinária.”

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

Barueri, 24 de abril de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

Barueri, 24 de abril de 2012.